

ESTUDO DE CASO IMIGRANTES HAITIANOS NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA NOVA LEI DE MIGRAÇÃO.

Itawan de Oliveira Pereira¹

Em janeiro de 2010, um terremoto de 7,3 graus atingiu a América Central e devastou o Haiti. Estima-se que 200 mil pessoas morreram ou desapareceram após o abalo sísmicoⁱ. Com um país devastado e mergulhado no caos social, iniciou-se uma forte onda migratória rumo a América do Sul. O principal destino era o Brasil. Somente no estado do Acre, entre 2011 a 2014, mais de 40 mil haitianosⁱⁱ passaram pela cidade de Brasiléia, de onde seguiram para outras regiões do país.

Com a chegada de haitianos em solo brasileiro, o Brasil se viu no centro de uma crise humanitária sem precedentes na história nacional. Milhares de refugiados chegavam diariamente nas fronteiras em busca de uma oportunidade de vida. As condições encontradas não foram as melhores: precarização no atendimento inicial, dificuldades na obtenção de documentos, adversidades culturais quanto aos costumes brasileiros, preconceito e discriminação racial foram um dos principais fatores que marcaram o movimento migratório haitiano em terras tupiniquins.

Após alguns anos do movimento de migração, iniciou-se uma segunda fase dentro da perspectiva humanitária: a adaptação e consolidação dos haitianos em solo brasileiro. Entre os desafios incumbidos ao Poder Público, estava a formulação de novas políticas públicas capazes de acolher e assegurar direitos e garantias a todo e qualquer estrangeiro que escolhesse o Brasil como lar. Mais do que simplesmente uma nova legislação, surgia a necessidade de mudança quanto a visão estatal sobre os estrangeiros.

Em 2013, o Projeto de Lei 288/13 começou a tramitar no Senado Federal. Gestado e formulado a partir de conceitos humanitários, a proposição de autoria do Senador Aloysio Nunes buscava uma mudança de paradigma no

¹ Advogado. Especialista em Processo Legislativo pelo CEFOR/CD. Acompanhou os trabalhos da Nova Lei de Migração na Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

olhar da administração pública em relação aos imigrantes. Após 4 anos de intensos debates, em 25 de Maio de 2017, a “Nova Lei de Migração” foi sancionada pela presidência da república, revogando o então Estatuto do Estrangeiro, constituído em 1980 a partir de uma visão militarizada que olhava o imigrante como “inimigo nacional”.

Apesar das conquistas sociais asseguradas pelos imigrantes com a Nova Lei de Migração, ainda é necessário um processo de luta para consolidação e enraizamento destes “novos direitos” perante as entidades estatais, organizações civis e toda a sociedade em geral.

O documentário abaixo, produzido pela TV Folha, ligado ao jornalismo do periódico *Folha de São Paulo* demonstra um pouco da nova realidade dos haitianos após alguns anos de sua chegada ao Brasil.

<https://www.youtube.com/watch?v=G5a3gtdnZWs>

Com base no texto acima, nos seus conhecimentos sobre a imigração haitiana, no documentário sugerido e nos estudos realizados sobre a Nova Lei de Migração, considere as seguintes perguntas:

- 1) No documentário, os haitianos reclamam que, muitas vezes, “fatores externos” inseridos na sociedade brasileira impedem um melhor aproveitamento da mão de obra destas pessoas no mercado de trabalho. Que fatores são estes? Como a nova Lei de Migração retrata as relações de trabalho dos imigrantes no Brasil? A nova legislação é capaz de promover alguma mudança de perspectiva neste cenário?
- 2) O documentário traz à tona um importante problema social advindo do contexto migratório: a separação de famílias. Como a Nova Lei de Migração trata os casos de reunião familiar entre imigrantes que vieram ao Brasil e os seus parentes que ficaram no exterior? A nova lei traz mecanismos concretos que permitirão a reunificação destas famílias segregadas? Que institutos são estes?

3) O contexto do fluxo migratório haitiano tem relações nítidas com o momento econômico vivenciado pelo Brasil entre 2008-2013. A economia estava aquecida, o dólar estabilizado e os empregos sobravam. A taxa de desemprego no período chegou ao menor patamar da história (cerca de 5%). Uma das perspectivas trazidas no documentário é a perda de atratividade econômica que o Brasil oferece neste momento aos imigrantes. Diante do cenário de crise econômica, faz-se necessário reforçar a consolidação de direitos sociais para que os imigrantes continuem a observar um caminho de vida melhor e com mais oportunidades. Nesse sentido, quais os principais direitos sociais assegurados pela Nova Lei de Migração?

ⁱ UNESCO, 2013;

ⁱⁱ Dados da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado do Acre;